

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.113 AMAPÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO AMAPÁ
ADV.(A/S)	: CARLA FERREIRA ZAHLOUTH
ADV.(A/S)	: FRANCISCO MARCOS DE SOUSA ALVES

DESPACHO

Vistos etc.

Pela **petição nº 41941/2015**, apresentada em nome do **Estado do Amapá** e subscrita por Procurador do Estado do Amapá, é noticiada suposta perda do objeto da presente ação direta de inconstitucionalidade por superveniente revogação expressa da lei impugnada.

Consabido que, nos moldes do **art. 103, IV e V, da Constituição da República**, ostentam legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade a **Mesa de Assembleia Legislativa** e o **Governador de Estado**.

De outro lado, o polo passivo da peculiar relação jurídica processual instaurada é ocupado, a teor dos **arts. 6º e 10, § 2º, da Lei nº 9.868/1999**, pelos **órgãos ou autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado**, *in casu* a **Assembleia Legislativa do Estado do Amapá**.

Trata-se, pois, de legitimação conferida pela norma constitucional em caráter *intuitu personae*, como decorrência do exercício de função pública, e que, na esteira da jurisprudência reiterada desta Suprema Corte, não se comunica ao **Estado Federado** enquanto pessoa jurídica de direito público interno.

Não sendo admitida intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade e tampouco se tratando o ente peticionante de *amicus curae* admitido no feito, carece ele de legitimidade para se manifestar nos autos.

Não ostante, diante da patente relevância dos fatos veiculados na petição em apreço para o julgamento do feito, reputo conveniente facultar

ADI 5113 / AP

a manifestação das partes.

Ante o exposto, intimem-se o **Governador do Estado do Amapá** e a **Assembleia Legislativa do Estado do Amapá** para se manifestarem, no prazo de **dez dias**.

Após, voltem-me conclusos.

À Secretaria Judiciária.

Publique-se.

Brasília, 01 de outubro de 2015.

Ministra Rosa Weber
Relatora